



**ACÓRDÃO Nº1870/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11592/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaus-CMM
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sr. Mauricio Wilker de Azevedo Barreto
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3364/2021-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaus - CMM. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manaus-CMM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Mauricio Wilker de Azevedo Barreto**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Mauricio Wilker de Azevedo Barreto**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.3. **Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.** em consulta ao sistema e - contas constatou-se que nos



**ACÓRDÃO Nº1870/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018, as prestações de contas foram entregues fora do prazo;

**10.3.2.** o total de Restos a Pagar Não Processado diverge do valor levantado pela Comissão de Inspeção;

**10.3.3.** em exame ao Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 011/2017, celebrado entre Câmara Municipal de Manaus e a Empresa Armaseto Comercio e Serviços LTDA, constatou-se na Nota de Empenho 2018NE00600 o valor empenhado de R\$ 21.240,00 para atender o período de 03/07/2018 a 31/12/2018, contudo consta na cláusula segunda do supramencionado termo o valor de R\$ 3.600,00 mensal. Diante de tal situação justificar o valor empenhado a menor para atender os referidos meses;

**10.3.4.** em análise ao primeiro termo aditivo ao contrato nº 011/2017, foi possível constatar que os valores empenhados nas Notas de Empenho (2018NE00600 – R\$ 21.240,00) e (2018NE00183 – R\$ 21.840,00) não correspondem ao valor de R\$ 43.200,00 total do termo aditivo ao contrato nº 0011/2017;

**10.3.5.** considerando as Natureza de Despesas, informar o motivo dos mesmos terem ficado em Restos a Pagar considerando que se trata de salários e 13º Salários, encaminhar ainda comprovantes de pagamento das respectivas despesas a este Tribunal de Contas, caso os mesmos tenham sido quitados: a) Natureza da Despesa 31901101 – Vencimentos e Salários, na quantia de R\$ 13.460,52. b) Natureza da Despesa 31901143 – 13º Salário, na quantia de R\$. 2.924,86;

**10.3.6.** tendo em vista a Natureza da Despesa 31909103 – Liminares em Mandados de Segurança, no valor de R\$ 3.113.541,40. Justificar a elevada despesa ao órgão com liminares, esclarecendo ainda do que se trata esses gastos;

**10.3.7.** considerando Natureza da Despesa 31909235 – Indenizações a Pessoal, no valor de R\$ 2.923.807,59. Esclarecer mediante comprovante de pagamento a elevada despesa com tais indenizações;



**ACÓRDÃO Nº1870/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.8.** considerando a Natureza da Despesa 33903615 – locação de Imóveis no valor de R\$ 106.500,00, informar qual a necessidade dessas locações, informar ainda se houve ainda a pesquisa de preço e laudo de avaliação que ampararam os preços dessa locação;

**10.3.9.** considerando o Termo de Contrato nº 06/2018, firmado entre a Câmara Municipal de Manaus e a Empresa Podium Comércio de Pneus Auto Center Ltda. no valor de R\$ 240.288,00, e pago no exercício o valor de R\$ 184.888.27, esclarecer: a) Como se chegou a um consumo de 82,5 litros por semana já que ultrapassa um tanque de combustível que precisariam rodar mais de 600 km por semana cada um, e esses veículos seriam apenas p serviço Administrativo da Câmara já que os Vereadores não deveriam usar pois já existe a cota parlamentar; b) Como haveria substituição de veículos previsto já que esses veículos deveriam ser carros oficiais da Câmara; c) Não há previsão de Consumo dos Grupos Geradores;

**10.3.10.** e acordo com o quadro abaixo, verificou-se vários pagamentos a firma Ikron Gestão Conhecimento e Tecnologia Ltda. Informar do que se trata essa despesa; informar onde foi realizado os serviços referidos, encaminhando ainda comprovantes da realização dos serviços, juntamente com a comprovação da Atuação do Fiscal do Contrato;

**10.3.11.** verificou-se um pagamento a firma Marca Brasil Comércio e Serviços Gráficos Ltda. no valor de R\$ 291.303,70: Esclarecer do que se trata essa despesa; informar onde foi realizado os serviços referidos, encaminhando ainda comprovantes da realização dos serviços, juntamente com a comprovação da Atuação do Fiscal do Contrato;

**10.3.12.** verificou-se um pagamento a firma Suplex Serv. De Manutenção de Equipamento de Refrigeração Ltda. no valor de R\$ 580.716,36: Esclarecer do que se trata essa despesa; se houve realização de Contrato com a referida empresa; informar onde foi realizado os serviços



**ACÓRDÃO Nº1870/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

referidos, encaminhando ainda comprovantes da realização dos serviços, juntamente com a comprovação da Atuação do Fiscal do Contrato;

**10.3.13.** verificou-se no balanço financeiro que houve uma previsão inicial de R\$ 2.104.311,99, entretanto em sua Despesa Orçamentária final, foram gastos no exercício o valor de R\$137. 757.030,06. Esclarecer o motivo da existência desse déficit de previsão na ordem de R\$135.652.718,07;

**10.3.14.** após análise do Balanço financeiro, constatou-se um ingresso lançado em Transferências Financeiras Recebidas (orçamentária e independente da Execução orçamentária) no valor de 424.512.55,31, informar a origem desses valores;

**10.3.15.** informar do que se trata os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de 25.132.844,03;

**10.3.16.** verificou-se a existência de Restos a Pagar de exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), contrariando o que determina a legislação vigente. Informar o motivo dessas despesas não terem sido quitadas em época certa;

**10.3.17.** no balanço patrimonial existe o registro Demais créditos e valores a curto prazo, no valor de R\$. 1.022.158,06, esclarecer do que se trata esses valores, encaminhando documentos comprovando ou não o recebimento dos mesmos;

**10.3.18.** verificou-se a existência de pagamentos pendentes em Consignações, informar se os mesmos foram quitados no exercício de 2019, encaminhando documentos que comprovem a quitação das referidas contas;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



**ACÓRDÃO Nº1870/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral